

Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro 2003

tema 3 – A experiência psicanalítica e a cultura contemporânea

sub-tema 3.e – A Psicanálise na Universidade: a questão do lugar do saber psicanalítico. Ensino ou transmissão?

UMA FORMA DE SUPERVISÃO PSICANALÍTICA NASCIDA NA UNIVERSIDADE

Ary Band

RESUMO

Contrariando o ceticismo mostrado por Freud quanto à possibilidade de fazer clínica psicanalítica na universidade, apresenta-se aqui uma forma de supervisão psicanalítica nascida na universidade, baseada justamente em trabalho clínico psicanalítico nela realizado.

Esta supervisão assume a existência de um campo transferencial, ou seja, de uma trama inconsciente abrangendo analista e analisando, em referência à qual são investigados todos os eventos, tanto os narrados pelo supervisando-analista, quanto os acontecidos durante a supervisão. Evita-se assim que haja: exigência de objetivos a serem alcançados, incentivo à uma visão crítica e fiscalizatória do supervisor, estabelecimento de certos e errados, e uma relação de tipo autoridade/aprendiz.

Palavras-chave:: “A posteriori”, campo transferencial, investigação, livre associação, supervisão.

“... Este ensino, é verdade, apenas pode ser ministrado de maneira dogmática e crítica, por meio de aulas teóricas; isso porque essas aulas permitirão apenas uma oportunidade muito restrita de levar a cabo experiências ou demonstrações práticas ...” (Freud, 1918[1919])

É assim que Freud se refere ao que acha da transmissão da psicanálise na universidade, revelando, por um lado, uma tendência, mostrada desde muito tempo atrás (Band, 2000), a dicotomizar teoria e clínica, e de outro, o ceticismo com a possibilidade da clínica lá estar presente. Mesmo tendo optado por não tentar levar a

psicanálise para a universidade, acredita que seria possível nela transmitir a teoria, mas não a clínica.

Desde 1974 sou professor e supervisor do departamento de psicologia da PUC/RJ, lidando então, este tempo todo, tanto com as agruras com que qualquer professor universitário se defronta, quanto com as dificuldades específicas que aparecem quando se trata de psicanálise. Agruras e dificuldades, entretanto, não me impedem de, em função de minhas vivências, concordar com Freud no sentido de considerar perfeitamente viável a inserção da psicanálise na universidade. Não faço, porém, nenhuma restrição ao trabalho clínico.

Além disso, na medida em que fui adquirindo experiência, menor se tornou a dicotomia teoria-prática, mais me aproximando de uma práxis universitária, tanto nas aulas teóricas quanto no estágio clínico. Neste contexto, meu trabalho como supervisor foi o mais enfatizado, a ponto de ter eu escrito uma tese de doutorado sobre supervisão psicanalítica (Band, 1994), onde apresentei uma forma específica de fazê-la e que, embora adotada em supervisão psicanalítica em geral, nasceu na universidade.

Creio não ser nunca demais lembrar que a universidade é uma instituição tão conflituosa quanto qualquer outra, incluindo-se aí a instituição psicanalítica. Muito já se escreveu sobre as dificuldades inerentes à transmissão da psicanálise na instituição psicanalítica, suscitando inclusive a pergunta de se seria possível ensinar psicanaliticamente a psicanálise? (Mezan, 1988). Isto talvez nos permita considerar que a questão com a psicanálise não é a universidade e sim o instituído.

Vou falar então do meu jeito de trabalhar em supervisão. Adianto que se trata apenas de uma concepção, sem novas conceituações, que tem como específica a intenção de escapar de formas de supervisão que tenham como ingredientes básicos:

Σ exigência de objetivos a serem alcançados

- Σ visão crítica do supervisor, passível de gerar sentimentos persecutórios e atitudes defensivas, tal como nada se contar que possa levar a críticas
- Σ estabelecimento de certos e errados para a prática clínica, indicando a expectativa de utilizar uma “técnica” adequada
- Σ uma relação de tipo autoridade/aprendiz, onde um analista experiente diz para o analista principiante como ele deveria agir
- Σ uma atitude fiscalizatória, ou seja, uma atenção dirigida para que certas coisas não aconteçam ou para que certas coisas aconteçam sempre

Começo contando que encontrei um dia uma ex-aluna que estava em formação psicanalítica numa instituição tradicional do Rio de Janeiro e aflita, narrou dramaticamente: para obter seu título de psicanalista, a instituição exigia que se redigisse a teorização de um caso supervisionado, atendido com divã, quatro vezes por semana, durante um mínimo de dois anos; sua analisanda, depois de dezoito meses de análise, a tinha informado que iria interromper o trabalho. Desesperada por ter de reiniciar todo o processo _e sem garantia da não repetição da história_, ela simplesmente “comprou” a analisanda, isto é, fez um acordo de continuidade por mais seis meses, mediante o não pagamento das sessões.

Contei esta pequena história, tão triste para a psicanálise, por achar que, subjacente a ela, está a idéia de uma definição de clínica psicanalítica baseada em uma “técnica”, isto é, estar-se-ia considerando que, para se poder chamar de psicanálise o que se está fazendo em termos de trabalho terapêutico, seria obrigatório empregar divã, não se poderia prescindir de um mínimo de quatro sessões por semana, e assim por diante.

Em vários de seus artigos clínicos, Freud enfatizou bastante a idéia de que, quando fazia recomendações baseadas em sua experiência como clínico ^(Freud, 1912), isto não queria dizer que estava tentando estabelecer regras de conduta terapêutica a

serem obedecidas pelos candidatos a psicanalistas. Ele chegou inclusive a escrever um artigo (Freud, 1913) em que afirma que a psicanálise não tem regras, sendo então parecida com o jogo de xadrez, no sentido de ter regras apenas para iniciar. Nisto, porém, tomo a liberdade de discordar de Freud, pois acredito que nem para começar a psicanálise tem regras, já que a livre associação não é uma regra e sim um método; ela seria, creio, equivalente ao conjunto de características que a diferenciam de outra forma qualquer de trabalho terapêutico, tal como a descrição das características do jogo de damas, por exemplo, serve para definir este jogo, diferenciando-o do futebol, que é descrito por outras características.

O que seria então uma clínica que se possa chamar de psicanalítica? Para mim, seria aquela que tivesse como sapatas baseadoras:

- ∑ o funcionamento inconsciente como fundamento da realidade psíquica; é daí que se parte, na busca de indícios de estruturação psíquica, e é aí que se quer chegar em termos de busca de transformações
- ∑ a livre associação (que Freud chamou de regra fundamental da psicanálise) como método de trabalho
- ∑ a análise pessoal como referência externa imprescindível e onde se vivencia a experiência de acesso ao inconsciente

Algumas observações podem ser feitas sobre esta clínica:

- ∑ o conceito de livre associação _liberdade dada ao analisando para associar, ficando o analista numa atitude básica de aguardo e de escuta para posterior intervenção_ não permite apriorismos, isto é, a clínica psicanalítica é para ser toda feita “a posteriori”
- ∑ são vários os instrumentos utilizados nessa clínica: interpretações, construções, associações, cortes, proibições, injunções, etc, parecendo-me

bem-vindas as tentativas de estabelecer instrumentos novos e cada vez mais criativos

- Σ seu campo de trabalho é o campo transferencial, fruto de uma história que se inicia com a descoberta da transferência como falsa conexão, como resistência, e que se estende por várias etapas que nele acabam por se completar
- Σ a livre associação não é uma regra, é um método, onde as inquietações trazidas pelo analisando são a mola propulsora do trabalho psicanalítico; e é isto que faz a grande diferença entre medicina e psicanálise

Fazendo uma rápida comparação entre as características estruturais da medicina e da psicanálise:

- Σ enquanto na primeira enfatiza-se o olhar, na segunda é o escutar/falar que é privilegiado
- Σ na medicina, ao contrário da psicanálise, existem regras técnicas necessárias ao seu bom desempenho
- Σ naquela, o objetivo é a cura, a remissão, de sintomas, enquanto nesta, é somente o próprio tratamento que se busca
- Σ na primeira, quem dirige o processo é o médico e na segunda, igualmente, é o psicanalista
- Σ quem instaura a relação, na medicina, é o médico, que inicia o processo de relacionamento com suas imprescindíveis perguntas, enquanto que na psicanálise, esta instauração é realizada pelo analisando, já que a livre associação determina que o início do trabalho se faça pela escuta do que ele pode trazer
- Σ daí que, o método da medicina é a anamnese, enquanto que o da psicanálise é o da livre associação

Neste ponto, creio ser importante lembrar como ficou estruturada a formação de um psicanalista pela instituição psicanalítica.

O célebre tripé responsável pela possibilidade de alguém se tornar psicanalista instituído, teve uma longa história ^(Band, 1994), acabando por ficar constituído por:

- Σ estudo e debate da práxis psicanalítica: o que já se pensou antes de nós e o que pensamos agora
- Σ análise pessoal; inicialmente análise didática, jeito desastrado de começar uma história psicanalítica, onde a principal preocupação era de conotação cautelar, no sentido de que "...o caráter, ou a personalidade, do candidato permanecesse intacto..." ^(Kovacs, 1936, pg98)
- Σ supervisão, que é um dos diversos nomes dados àquilo que no início foi chamado de controle ^(Band, 1994) e que começou como a maneira pela qual Eitingon, primeiro presidente da Policlínica de Berlim _posteriormente Instituto Psicanalítico de Berlim_, queria fiscalizar os iniciantes, para que se mantivesse a "...reprodução da espécie analítica..." ^(Stein, 1989, pg 14; Colonomos, 1985, pg 11), ou seja, para que não se fizesse uma psicanálise selvagem; isto, entretanto, não impediu que ela tenha passado a ser mais um importante referencial externo para solidificação interna

Passando, finalmente, a dirigir o interesse, neste contexto, para a supervisão psicanalítica, o que parece ficar como suporte para ela, pode ser resumido por:

- Σ funcionamento inconsciente considerado como fundamento da realidade psíquica, tal como dito acima; é de onde se parte e onde se quer chegar
- Σ a livre associação como método de trabalho

Resultam algumas consequências de tudo o que está dito acima, sendo que, ao comenta-las, surgem as especificidades que caracterizam minha concepção sobre o trabalho de supervisão.

Se a psicanálise fosse um conjunto de engendramentos técnicos a serem obedecidos, teríamos de realizar nosso trabalho de forma apriorística, ou seja, de modo a determinar previamente o que deveria ser feito. Como se trata do método da livre associação, que não permite apriorismos, isto é, não admite recorrer a um receituário técnico, é portanto num momento posterior _"a posteriori"_ aos acontecimentos, que se pode reconhecer _isto é, dar significado a_ as estruturas em ação no campo de trabalho. Uma decorrência importante disso é que não haveria técnica psicanalítica, ou seja, o que costumeiramente é chamado como tal, poderia ser considerado como a "casa psicanalítica" do psicanalista, fruto de seu estilo, de sua singularidade.

Acrescenta-se ao acima exposto uma pequena história de um conceito enfatizado como nuclear no trabalho que proponho: o campo transferencial. Freud fala inicialmente de transferência como falsa conexão, como poderoso obstáculo resistencial, depois generaliza-a como existente em todas as relações humanas, passa a vê-la como único campo de luta possível para tentar ligar a baleia do inconsciente com o urso da consciência, percebe a existência da contratransferência, obstáculo a ser imediatamente removido, embora já tendo como embrião a importante entrada do analista na arena e a futura obrigatoriedade da análise do pretendente a analista; Racker continua esta história ao considerar pioneiramente a contratransferência como elemento interpretativo, embora ainda reativo, Heinman dá um grande salto ao falar dela como reunindo todas as emoções do analista e não mais apenas como reação à transferência do analisando, chegando a Lacan e Silvestre que a derrubam de seu pedestal dizendo-a impropriedade conceitual e

impostura, preferindo lidar com um campo transferencial, ou seja, com a trama transferencial inconsciente abrangendo analista e analisando (Band, 1994).

Este campo transferencial, em virtude de o método da psicanálise ser o da livre associação, é instaurado pelo analisando e portanto baseado em suas idiossincrasias. Além disso, e principalmente, neste tipo de supervisão psicanalítica, não se aceita a existência de certos ou errados para o que faz o analista e que descreve na supervisão; tudo que é narrado na supervisão _ou ali acontecido_ é referenciado ao campo transferencial, buscando compreendê-los como consequências da trama inconsciente deste campo

Em consequência, não se diz: “faça assim”, “você não deveria ter ...”, “leve isto para sua análise”, já que tudo é considerado _lido_ como fazendo parte da trama inconsciente do campo transferencial. Trata-se de uma decisão metodológica, já que, é claro, qualquer dos acontecimentos referidos poderia ser lido de maneira específica se narrado, por exemplo, na análise pessoal do analista ao invés de se-lo em sua supervisão; ali na supervisão somente interessa a possibilidade de associação ao campo transferencial.

Se acreditarmos que, pela instauração da relação, isto é, pela livre associação, é a estrutura inconsciente do analisando que comanda a estruturação do campo transferencial, tudo que é a ele _campo transferencial_ referido, serve para a investigação do inconsciente do analisando; mesmo quando se deixa de fazer isto, volta-se a buscar explicação no campo transferencial, considerando-se a aparente “falha” como decorrente da trama inconsciente desse campo.

O que se faz então é uma busca, uma enigmatização, uma investigação permanente, de uma estrutura inconsciente caracterizadora do campo transferencial. Dizendo de outra forma, procura-se montar um sentido _sempre considerado como provisório_ estruturante para juntar os diversos dados do trabalho clínico, na

esperança de poder utilizar os instrumentos psicanalíticos disponíveis de maneira adequada à estrutura de funcionamento psíquico do analisando.

Como quaisquer eventos, mesmo os referentes ao analista _um ato falho evidenciado na supervisão, por exemplo_, são referenciados ao campo transferencial, com isto não se tem, na supervisão, a singularidade do analista investigada, ficando este trabalho menos persecutório, tendo o analista-supervisando menos necessidade de se defender, permitindo-lhe “confessar” coisas que não confessaria numa supervisão que aceitasse olhar para certos acontecimentos como sendo da ordem de sua singularidade, mesmo que os rejeitando, como por exemplo, falando da necessidade de diferenciar o que é do analista e o que é do analisando.

Desta forma, além de propiciar menos sentimentos persecutórios, já que o supervisor não critica as decisões do supervisando-analista, não há exigência de objetivos a serem alcançados, não há expectativa de encontrar uma “técnica adequada” estabelecadora de ações terapêuticas certas ou erradas, a relação entre supervisando e supervisor não se faz tendo como modelo a relação de autoridade com aprendiz, pois o supervisor não recorre à sua possível maior experiência para indicar ao supervisando como deveria agir, e, “last but not least”, não há uma atitude fiscalizatória para tentar determinar como as coisas devem ou não acontecer.

Na minha experiência, isto funciona muito bem em grupo, todos participando igualmente dos esforços investigativos, cada um com suas possibilidades.

Foram utilizados os seguintes textos:

Band, Ary – “Clínica psicanalítica e metapsicologia: da dicotomia à investigação”, em Tempo Psicanalítico N° 32, Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID), Rio de Janeiro, 2000.

Band, Ary – Supervisão Psicanalítica: Um Estilo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Rio de Janeiro, 1994.

Colonomos, Fanny - "Présentation", em Colonomos, F. (organizadora) - On Forme Des Psychanalystes - Rapport Original Sur Les Dix Ans De L'institut Psychanalytique De Berlin: 1920-1930, Denoël, Paris, 1985.

Freud, Sigmund - "On begining the treatment (Further recommendations on the technique of Psycho-Analysis I)", (1913), Volume XII, em The Standard Edition of the Psychological Works of Sigmund Freud, Hogarth, London, 1971.

Freud, Sigmund – "On the teaching of Psycho-Analysis in universities" (1918[1919]), Volume XVII, em The Standard Edition of the Psychological Works of Sigmund Freud, Hogarth, London, 1971,

Freud, Sigmund - "Recommendations to physicians practising Psycho-Analysis", (1912), Volume XII, em The Standard Edition of the Psychological Works of Sigmund Freud, Hogarth, London, 1971.

Kovacs, V. - "Analyse didactique, analyse sous contrôle", em Ornicar?, Xlle Année, N° 42, Navarin, Paris, 1987 (1936).

Mezan, R. – "Pode-se ensinar psicanaliticamente a psicanálise?", em A Vingança da Esfinge, Brasiliense, São Paulo, 1988.

Stein, Conrad - "En quel lieu, dans quel cadre, à quelles fins parler de ses patients?", em Études Frudiennes, N° 31, Paris, 1989.